

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Companhia Transirapé de Transmissão

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Transirapé de Transmissão

Araçuaí - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Transirapé de Transmissão (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia Transirapé de Transmissão, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Companhia Transirapé de Transmissão, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Transirapé de Transmissão, a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo imobilizado

Veja as Notas 3.1 e 7 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial o montante de R\$ 116.776 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.</p> <p>A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos esse assunto como o principal assunto de auditoria.</p>	<p>Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações contábeis regulatórias

A Companhia Transirapé de Transmissão, preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 05 de março de 2026.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Companhia Transirapé de Transmissão

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Ativo Circulante		21.389	25.321
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	19.596	21.820
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	5	870	1.756
Serviços em Curso		166	678
Tributos Compensáveis		574	216
Títulos e Valores Mobiliários	5	162	829
Despesas Pagas Antecipadamente		12	12
Outros Ativos Circulantes		9	10
Ativo Não Circulante		118.948	124.784
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	2.069	2.466
Outros Ativos Não Circulantes		11	11
Imobilizado	7.1	116.776	122.214
Intangível	7.2	92	93
Total do Ativo		<u>140.337</u>	<u>150.105</u>

Companhia Transirapé de Transmissão

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo			
Passivo Circulante		39.427	41.323
Fornecedores		2.699	2.570
Debêntures e empréstimos	8	26.527	27.588
Obrigações Sociais e Trabalhistas		452	359
Tributos		1.866	1.497
Dividendos Declarados		7.489	8.579
Encargos Setoriais		339	681
Outros Passivos Circulantes		55	49
Passivo Não Circulante		2.167	27.638
Debêntures e empréstimos	8	1.193	26.785
Tributos Diferidos		714	715
Encargos Setoriais		260	138
Total do Passivo		41.594	68.961
Patrimônio Líquido			
Capital Social	10.1	22.340	22.340
Outros Resultados Abrangentes	10.3	29.309	30.580
Reserva de Lucros	10.2	186.603	172.135
Prejuízos Acumulados		(147.509)	(143.911)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais		8.000	-
Total do Patrimônio Líquido		98.743	81.144
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		140.337	150.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		45.790	45.382
(-) Parcela Variável		(437)	-
Tributos			
PIS-PASEP		(295)	(295)
Cofins		(1.361)	(1.361)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(419)	(419)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.179)	(1.180)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(181)	(182)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	11	41.918	41.945
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		41.918	41.945
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	12	(3.328)	(2.727)
Material		(101)	(173)
Serviços de Terceiros		(710)	(496)
Arrendamento e Aluguéis		(696)	(614)
Seguros		(86)	(72)
Tributos		(48)	(40)
Depreciação e Amortização		(5.697)	(5.634)
Resultado da Atividade		31.252	32.189
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(5.907)	(7.131)
Receitas Financeiras		1.659	1.325
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		27.004	26.383
Despesa com Impostos sobre o Lucro	13	(1.916)	(1.809)
Resultado Líquido do Exercício		25.088	24.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado Líquido do Exercício	25.088	24.574
Outros Resultados Abrangentes – Reserva de reavaliação	(1.271)	5.154
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>23.817</u>	<u>29.728</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Prejuízos Acumulados (*)	Outros Resultados Abrangentes	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros			Reserva de reavaliação	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.340	4.468	134.835	8.195	8.541	(135.334)	25.426	68.471
Pagamento de dividendos sobre lucros a realizar	-	-	(1.100)	-	-	-	-	(1.100)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(8.541)	-	-	(8.541)
Reserva de Reavaliação (VNR)	-	-	-	-	-	-	6.318	6.318
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	24.574	-	24.574
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.578)	-	(8.578)
Reserva de retenção de lucros	-	-	25.737	-	-	(25.737)	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	1.164	(1.164)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.340	4.468	159.472	8.195	-	(143.911)	30.580	81.144
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	25.088	-	25.088
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(7.489)	-	(7.489)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	8.000	(8.000)	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	1.271	(1.271)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	14.468	-	-	(14.468)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	22.340	4.468	173.940	8.195	8.000	(147.509)	29.309	98.743

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 15. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações dos fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	25.088	24.574
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação	5.697	5.635
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.917	1.875
Juros e Variações Monetárias	5.182	6.671
Outros	615	(76)
	38.499	38.679
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	1.285	(2.148)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(408)	(32)
Outros	513	2
	1.390	(2.178)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(221)	96
Fornecedores	128	283
Obrigações Sociais e Trabalhistas	93	75
Tributos	(1.170)	(209)
Outros	7	1.448
	(1.163)	1.693
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		
Encargos de Dívidas Pagos	(5.693)	(6.722)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(328)	(1.436)
	32.705	30.036
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Resgates de investimentos curto prazo	18	11
Imobilizado	(225)	(207)
	(207)	(196)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(26.143)	(1.162)
Pagamento de dividendos	(8.579)	(11.321)
	(34.722)	(12.483)
Varição Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.224)	17.357
Demonstração da Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	21.820	4.463
No fim do exercício	19.596	21.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia Transirapé de Transmissão está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão					
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial
009/2004	30	2034	46.346	IGP-M	mai/07

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481 de 15/07/2025.

Em 23 de maio de 2007, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1.1. Aplicabilidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 15 para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 26 de março de 2026.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das Políticas Contábeis Materiais

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2025, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de janeiro de 2019.

3.2. Arrendamentos

A Transirapé avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Transirapé reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

3.3. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.5. Tributação

3.5.1. Reforma Tributária - Transição para o Novo Sistema Tributário Nacional (Emenda Constitucional nº 132/2023)

Contextualização

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo no Brasil, estabelecendo o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) *Dual*. A implementação do novo regime ocorrerá de forma gradual, conforme disciplinado por Leis Complementares específicas já divulgadas, e outras que serão divulgadas ao longo do período de transição previsto na legislação.

Nesse contexto, a Companhia estará sujeita à substituição dos tributos atualmente incidentes sobre o consumo, com a unificação do PIS e da COFINS na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do ICMS e do ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Os novos tributos incidirão, quando aplicável, sobre as operações de transmissão de energia elétrica destinadas a consumidores finais conectados ao sistema.

A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu normas gerais aplicáveis à transição para o novo modelo, disciplinando aspectos operacionais da CBS e do IBS, critérios de repartição das receitas tributárias entre os

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

entes federativos e promovendo alterações relevantes na tributação federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Período de Transição e Exercício de 2026

A partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia passou a integrar a fase de testes do novo sistema tributário, com a aplicação das alíquotas transitórias de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS. As alíquotas definitivas ainda não foram estabelecidas e serão fixadas por Lei Complementar específica ainda não publicada até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

De acordo com a legislação vigente, os valores apurados a título de IBS e CBS não serão financeiramente exigíveis no exercício de 2026 e, por consequência, não haverá impacto direto sobre a carga tributária efetiva ou sobre o resultado do período.

Entretanto, há obrigatoriedade de implementação do novo modelo, incluindo adequações relevantes nos sistemas de informação, na emissão de documentos fiscais e no cumprimento de obrigações acessórias, as quais vêm sendo conduzidas pela Administração ao longo do exercício.

Julgamentos, Estimativas e Incertezas

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da Reforma Tributária do consumo, em especial a definição das alíquotas definitivas do IBS e da CBS e seus potenciais efeitos sobre a formação de preços, a estrutura contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Diante da ausência de definição das alíquotas finais e da complexidade inerente ao período de transição, permanecem incertezas relevantes quanto aos impactos futuros sobre a carga tributária efetiva, os fluxos de caixa e os resultados da Companhia. Tais impactos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando houver maior grau de certeza quanto à sua ocorrência, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (IFRS/CPC)

3.5.2. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.5.3. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido.

3.6 Normas e interpretações novas e revisadas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

3.6.1. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

3.6.2. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7; aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026);

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (aplicáveis para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Instituição / linha devedora	31/12/2025		31/12/2024	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	19.596	19.596	21.820	21.820
Caixa e Bancos	2.560	2.560	3.154	3.154
Aplicações Financeiras	17.036	17.036	18.666	18.666

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2025, a Transirapé possui saldo de R\$162 (R\$829 em 31 de dezembro de 2024) referente à carteira Fundo de Investimento Restrito: Fundo FIC FI títulos públicos referenciados DI vinculado ao financiamento com o FINAME com remuneração pré-fixada de 98,46% do CDI (97,51% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias --Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Concessionárias e permissionárias

6.1. Composição das Contas a Receber

Descrição	Valores Correntes					Total 2025	Total 2024
	Corrente a vencer	Corrente vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias (*)		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	676	56	29	110	2.069	2.939	4.222
Total	676	56	29	110	2.069	2.939	4.222
				Circulante		870	1.756
				Não Circulante		2.069	2.466

(*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositadas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Imobilizado e intangível

7.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Imobilizado em Serviço										
Transmissão	165.039	-	-	335	(364)	165.010	(29)	(67.326)	97.684	102.608
Terrenos	122	-	-	-	-	122	-	-	122	122
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.795	-	-	-	-	2.795	-	(1.846)	949	1.045
Máquinas e Equipamentos	162.099	-	-	335	(364)	162.070	(29)	(65.457)	96.613	101.441
Móveis e Utensílios	23	-	-	-	-	23	-	(23)	-	-
Administração	22.591	-	-	-	-	22.591	-	(5.200)	17.391	18.148
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.313	-	-	-	-	1.313	-	(230)	1.083	1.132
Máquinas e Equipamentos	21.230	-	-	-	-	21.230	-	(4.946)	16.284	16.989
Móveis e Utensílios	48	-	-	-	-	48	-	(24)	24	27
Subtotal	187.630	-	-	335	(364)	187.601	(29)	(72.526)	115.075	120.756
Ativo Imobilizado em Curso										
Transmissão	1.431	225	(65)	(335)	418	1.674	243	-	1.674	1.431
Máquinas e Equipamentos	229	-	(38)	(335)	319	175	(54)	-	175	229
Material em depósito	983	225	(27)	-	99	1.280	297	-	1.280	983
A ratear	55	-	-	-	-	55	-	-	55	55
Outros	164	-	-	-	-	164	-	-	164	164
Administração	27	-	-	-	-	27	-	-	27	27
Máquinas e Equipamentos	27	-	-	-	-	27	-	-	27	27
Subtotal	1.458	225	(65)	(335)	418	1.701	243	-	1.701	1.458
Total do Ativo Imobilizado	189.088	225	(65)	-	54	189.302	214	(72.526)	116.776	122.214

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

7.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	83	-	-	-	83	-	-	83	83
Servidões	83	-	-	-	83	-	-	83	83
Administração	90	-	(1)	-	89	(1)	(90)	(1)	-
Softwares	90	-	(1)	-	89	(1)	(90)	(1)	-
Subtotal	173	-	(1)	-	172	(1)	(90)	82	83
Administração	10	-	-	-	10	-	-	10	10
Softwares	10	-	-	-	10	-	-	10	10
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	10	-	-	-	10	-	-	10	10
Total do Ativo Intangível	183	-	(1)	-	182	(1)	(90)	92	93

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

7.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2025			31/12/2024
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Transmissão		165.010	(67.326)	97.684	102.608
Custo Histórico	3,02%	123.750	(55.305)	68.445	76.139
Reavaliação	3,10%	41.260	(12.021)	29.239	26.469
Administração		22.591	(5.200)	17.391	18.148
Custo Histórico	3,15%	22.591	(5.200)	17.391	18.148
		187.601	(72.526)	115.075	120.756
Em curso					
Transmissão	-	1.674	-	1.674	1.431
Administração	-	27	-	27	27
		1.701	-	1.701	1.458
		189.302	(72.526)	116.776	122.214

7.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Total
Material em Depósito	225	225
Total das Adições	225	225

7.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

7.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
TERMOVISOR FLIR T865	319
MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 7020 (CORE I5-14500T, RAM 8G, SSG, SSD 256GB, WILL PRO BPOR)	9
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 3450 (CORE I5-1345U, RAM 8GB, SSD 256GB, 2X WIFI AX211 + BT, FHD, BAT. 3 CEL, W11)	5
MONITOR DELL DE 21.5" SE2222H	1
	335

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Debêntures e empréstimos

8.1. Abertura do endividamento

Instituição / linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a	
								Indexador	Juros
BNDDES CRED. AUT. 215411	158	421	1.193	1.772	Sim	dez/14	Aval/Fiança	Não há	3,50%
Debêntures 3ª Emissão	957	24.991	-	25.948	Sim	set/17	Subord/Quirog	1,90% + CDI	0,00%
Total por Dívida	1.115	25.412	1.193	27.720					

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo

Instituição / linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo			
							2027	2028	2029	Total
BNDDES CRED. AUT. 215411	15/03/2026	Trimestral	15/03/2026	15/10/2029	Trimestral	SAC	421	421	351	1.193
Total por Dívida							421	421	351	1.193

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

31/12/2024										
Instituição / linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a		
								Indexador	Juros	
BNDES CRED. AUT. 215411	63	542	180	785	Sim	dez/13	Aval/Fiança	Não há		3,50%
BDMG -FINAME B 177906	143	421	1.614	2.178	Sim	ago/16	Aval/Fiança	TJLP		4,50%
Debêntures 3ª Emissão	1.455	24.964	24.991	51.410	Sim	dez/14	Aval/Fiança	TJLP		3,50%
Total por Dívida	1.661	25.927	26.785	54.373						

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo

Instituição / linha credora	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2025	2026	2027	2028	2029	Total
	BNDES CRED. AUT. 215411	15/03/2021	Trimestral	15/03/2021	15/04/2026	Trimestral	SAC	180	-	-	-	-
Debêntures 3ª Emissão	15/01/2021	Mensal	15/01/2021	15/10/2029	Mensal	SAC	24.991	-	-	-	-	24.991
Total por Dívida							25.592	421	421	351	-	26.785

As cláusulas restritivas das debêntures simples da Transirapé estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2025, atualizado pelo IGP-M, era de R\$172.782 para a 3ª emissão. O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures.

A administração da Transirapé mantém o acompanhamento de todas as cláusulas de covenants definidas em contrato.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

8.2. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal LP	Total 2025	Total 2024
(+) Dívida Bruta	1.115	25.412	1.193	27.720	54.373
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.115	25.412	1.193	27.720	54.373
(-) Ativos Financeiros	-	(19.596)	-	(19.596)	(22.649)
Alta Liquidez	-	(19.596)	-	(19.596)	(22.649)
(+) Dívida Líquida	1.115	5.816	1.193	8.124	31.724

9. Provisão para Litígios

Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía processos classificados como perda “provável”.

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como “possível”.

10. Patrimônio Líquido

10.1. Capital social

O capital social até 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 22.340, representado por 22.340.490 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Transminas Holding S.A.	9.159.601	41,000%	41,000%
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	2.234.049	10,000%	10,000%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	10.946.840	49,000%	49,000%
	22.340.490	100,000%	100,000%

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2. Reserva de lucros

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reserva legal	4.468	4.468
Reserva de retenção de lucros	8.195	8.195
Reserva de lucros a realizar	173.940	159.472
	<u>186.603</u>	<u>172.135</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2023 é de R\$4.468.

Reserva de retenção de lucros: Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$8.195.

Reserva de lucros a realizar: Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeiras dos saldos de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$173.940 (R\$159.472 em 31 de dezembro de 2024).

10.3. Outros resultados abrangentes

Reserva de reavaliação: O saldo residual do ativo imobilizado referente à Base de Remuneração, em 31 de dezembro de 2021, totalizava R\$47.848 o valor homologado pela ANEEL, equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2021, para estes ativos é de R\$77.967. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em 2022 e vem sendo depreciada de acordo com PRORET 9.2 conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>25.426</u>
Ajuste VNR referente a revisão tarifária ciclo 24/25	6.318
Depreciação	(1.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>30.580</u>
Depreciação	(1.271)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>29.309</u>

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	31/12/2025	31/12/2024
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	45.790	45.382
(-) Parcela Variável	(437)	-
Programa de Integração Social - PIS	(295)	(295)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.361)	(1.361)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(419)	(419)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.179)	(1.180)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(181)	(182)
Total	41.918	41.945

11.1 Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória nº 3.481, de 15 de julho de 2025, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2024, cujo impacto tarifário para o ciclo 2025~2026 referente aos contratos eajustados pelo IGP-M foi de 7,02%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2024 (com data-base em 2023) e a próxima será em 1 de julho de 2029.

12. Pessoal e administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	2.905	2.476
Remuneração	1.503	1.254
Encargos	524	430
Previdência privada	21	17
Assistência médica	309	294
Despesas rescisórias	-	(4)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	223	217
Outros	325	268
Administradores	423	251
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	280	236
Benefícios dos administradores	143	15
Total	3.328	2.727

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro presumido e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	45.558	45.558	44.882	44.882
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	3.645	5.468	3.591	5.386
Receitas financeiras	1.654	1.654	1.325	1.325
Base de cálculo	5.298	7.122	4.916	6.711
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	1.300	641	1.205	604
Outros	(18)	(7)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.282	634	1.205	604

14. Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

15. Conciliação do balanço patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.596	-	19.596	21.820	-	21.820
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	870	-	870	1.756	-	1.756
Serviços em Curso	166	-	166	678	-	678
Ativo Contratual da Concessão	-	32.113	32.113	-	31.049	31.049
Tributos Compensáveis	574	-	574	216	-	216
Títulos e Valores Mobiliários	162	-	162	829	-	829
Despesas Pagas Antecipadamente	12	-	12	12	-	12
Outros Ativos Circulantes	9	-	9	10	-	10
Ativo Não Circulante						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	2.069	-	2.069	2.466	-	2.466
Ativo contratual da concessão	-	228.112	228.112	-	228.798	228.798
Outros Ativos Não Circulantes	11	-	11	11	-	11
Imobilizado	116.776	(116.691)	85	122.214	(122.098)	116
Intangível	92	832	924	93	931	1.024
Total do Ativo	140.337	144.366	284.703	150.105	138.680	288.785

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	2.699	-	2.699	2.570	-	2.570
Debêntures, Empréstimos e Arrendamento Mercantil	26.527	34	26.561	27.588	33	27.621
Obrigações Sociais e Trabalhistas	452	-	452	359	-	359
Tributos	1.866	-	1.866	1.497	-	1.497
Dividendos Declarados (*)	7.489	-	7.489	8.579	-	8.579
Encargos Setoriais	339	-	339	681	-	681
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	2.135	2.135	-	2.063	2.063
Outros Passivos Circulantes	55	-	55	49	-	49
Passivo Não Circulante						
Debêntures, Empréstimos e Arrendamento Mercantil	1.193	5	1.198	26.785	34	26.819
Encargos Setoriais	260	-	260	138	-	138
Tributos Diferidos	714	8.823	9.537	715	8.004	8.719
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	15.169	15.169	-	15.215	15.215
Total do Passivo	41.594	26.166	67.760	68.961	25.349	94.310
Patrimônio Líquido						
Capital Social	22.340	-	22.340	22.340	-	22.340
Outros Resultados Abrangentes	29.309	(29.309)	-	30.580	(30.580)	-
Reservas de Lucros	186.603	-	186.603	172.135	-	172.135
(Prejuízos) Acumulados	(147.509)	147.509	-	(143.911)	143.911	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	8.000	-	8.000	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	98.743	118.200	216.943	81.144	113.331	194.475
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	140.337	144.366	284.703	150.105	138.680	288.785

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, à Dividendos a pagar .

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	45.790	(45.790)	-	45.382	(45.382)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	13.236	13.236	-	12.064	12.064
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	32.933	32.933	-	32.755	32.755
(-) Parcela Variável	(437)	-	(437)	-	-	-
Tributos						
PIS-PASEP	(295)	(2)	(297)	(295)	6	(289)
COFINS	(1.361)	(11)	(1.372)	(1.361)	29	(1.332)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(419)	-	(419)	(419)	-	(419)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.179)	(10)	(1.189)	(1.180)	25	(1.155)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(181)	(2)	(183)	(182)	4	(178)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	41.918	354	42.272	41.945	(499)	41.446
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	41.918	354	42.272	41.945	(499)	41.446
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(3.328)	-	(3.328)	(2.727)	-	(2.727)
Material	(101)	(359)	(460)	(173)	(61)	(234)
Serviços de Terceiros	(710)	-	(710)	(496)	-	(496)
Arrendamento e Aluguéis	(696)	37	(659)	(614)	35	(579)
Seguros	(86)	-	(86)	(72)	-	(72)
Tributos	(48)	-	(48)	(40)	-	(40)
Depreciação e Amortização	(5.697)	5.662	(35)	(5.634)	5.604	(30)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	-	-	-	4.812	4.812
Resultado da Atividade	31.252	5.694	36.946	32.189	9.891	42.080
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(5.907)	(10)	(5.917)	(7.131)	(7)	(7.138)
Receitas Financeiras	1.659	4	1.663	1.325	-	1.325
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	27.004	5.688	32.692	26.383	9.884	36.267
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(1.916)	(819)	(2.735)	(1.809)	(143)	(1.952)
Resultado Líquido do Exercício	25.088	4.869	29.957	24.574	9.741	34.315

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

15.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica "Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

15.1.2. Ativo Contratual da Concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 9,5%; e (ii) atualizado pelo IGPM.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IGP-M e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

15.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

15.1.4. Arrendamentos

Os ajustes de arrendamento mercantil são relativos à adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos nas demonstrações contábeis societárias em “Arrendamento mercantil” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$40 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$32, líquidos de depreciação.

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 1º de janeiro de 2022 para bens não vinculados à concessão. No entanto, a administração optou por não aplicar seus efeitos, considerando que os custos da adoção superam os benefícios ao leitor, dado o impacto imaterial dos saldos de arrendamento não vinculados à concessão.

15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	216.943	194.475
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(144.334)	(138.623)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	7	10
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	26.127	25.282
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>98.743</u>	<u>81.144</u>

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	29.957	34.315
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(5.470)	(9.699)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(218)	(185)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	819	143
Lucro líquido regulatório	<u>25.088</u>	<u>24.574</u>